

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – notas sobre uma operação historiográfica

The Historical and Geographic Institute of Rio Grande do Sul – notes about a historiographical operation

Pâmela Cristina de Lima*

Resumo

O *lugar social* da produção do conhecimento histórico evidencia os pressupostos dos quais parte o historiador que se dedica à compreensão de dada conjuntura histórica. Neste sentido, o papel das *instituições* deve ser analisado, uma vez que interfere diretamente nas concepções, métodos e significados da pesquisa histórica e, sobretudo, no resultado ou produto final. A agremiação sulina de História, IHGRGS, deve ser compreendida, assim, como um espaço privilegiado da *operação historiográfica* sul-rio-grandense, percebendo-se, na escrita da história de seus intelectuais, as implicações de suas orientações teórico-metodológicas e relações com demais instituições. O presente artigo pretende, assim, verificar como tais relações se deram na historiografia sul-rio-grandense do século XX, partindo da teoria de Michel de Certeau acerca da escrita da história e, ao fim, estabelecendo diálogos com a teoria rüseniana acerca da função social do conhecimento histórico.

Palavras-chave: operação historiográfica; Rio Grande do Sul; IHGRGS

Abstract

The *social place* of the production of historical knowledge highlights the assumptions from which the historian who is dedicated to the understanding of a given historical conjuncture departs. In this sense, the role of *institutions* must be analyzed, since it directly influences the conceptions, methods and meanings of *historical research* and, above all, the result or final product. The southern association of History, IHGRGS, must be understood, therefore, as a privileged space for the historiographic operation of Rio Grande do Sul, perceiving, in the writing of the history of its intellectuals, the implications of its theoretical-methodological orientations and relations with other institutions. The present article intends, therefore, to verify how such relations occurred in the historiography of Rio Grande do Sul in the 20th century, starting from Michel de Certeau's theory about the writing of history and, at the end, establishing dialogues with the Rüsenian theory about the social function of historical knowledge.

Keywords: historiographical operation; Rio Grande do Sul; IHGRGS

* Atuação em pesquisas e extensão na área de historiografia sul-rio-grandense, coordenada pelo prof. Dr. Fabrício A. A. Soares.

Pensando a escrita da História – introdução

A História, escrita e ensinada em sala de aula, é fruto de uma seleção. Do arcabouço teórico, metodológico e documental, aos episódios e fatos priorizados em sua escrita, o historiador possui a liberdade de elencar o que importa ao seu trabalho, com base no objeto e nas problemáticas de sua pesquisa.¹ Em sala de aula, o professor de História possui a atribuição de buscar recursos e métodos, de modo a tornar o processo de aprendizagem significativo e proveitoso aos estudantes, num sistema bilateral de interação.² Em ambos os casos, na pesquisa ou no ensino, o profissional da História trabalha com recortes temáticos e com materiais produzidos dentro de diferentes escopos teóricos. Estes materiais, por sua vez, devem ser analisados considerando-se o historiador, o contexto, a instituição e o lugar social *por detrás* deles, e não apresentados como os *verdadeiros*.³

Enquanto historiadores, não conseguimos reconstruir o passado em nossos estudos. O que conseguimos é, no máximo, compreendê-lo de acordo com as fontes que nos possibilitam estudá-lo, mas sempre lidando com lacunas e questões que ficam em aberto. Ao narrarmos sobre o passado, estamos construindo, dando forma aos ocorridos, uma vez que “será uma interpretação de um ponto de vista situado, avaliativo, de alguém que está limitado a outro tempo e espaço, circunscrito a outros valores” (HEINSFELD, 2013, p. 195). Neste processo de escrita da história, portanto, entram em jogo os caracteres subjetivos de cada historiador, suas visões de mundo, os objetivos por trás de sua escrita, e inúmeros outros aspectos. Ao escrever a história, não somos neutros. Estamos construindo uma imagem deste passado, que nos é simultaneamente distante e presente, palpável e intocável. Estes detalhes podem parecer fruto de uma obviedade em termos de historiografia contemporânea, mas se constituem enquanto avanços epistemológicos importantes a uma ciência institucionalizada tardiamente, no século XIX, que se pretendia neutra e verdadeira.⁴

¹ A respeito da produção do conhecimento histórico e dos quês que ela suscita, de sua organização a seu produto, consultar HEINSFELD (2013).

² Sobre o tema, ver BITTENCOURT (1988; 2008).

³ Fazemos esta consideração por perceber que, em muitas das vezes, o ensino de História se dá por textos e outros materiais, sem questionar/refletir junto aos estudantes acerca de seu estatuto. O próprio documento é fruto de seleções e representações, dado o processo de pesquisa e resultados para confeccioná-lo. Portanto, consideramos basilar que o professor de História estimule seus educandos a refletir a respeito da historicidade do próprio recurso do qual fazem uso em sala de aula.

⁴ Basta lembrar o *boom* positivista do século XIX, ancorado na ideia de *progresso* da história e da humanidade, numa linearidade que tenderia ao grau mais alto de *civilização*. Esta forma de escrever e conceber a História e a história viabilizou a formação de um panteão de heróis e grandes fatos, considerados os “principais” e mais importantes. Além disso, a história positivista pretendia ensejar a neutralidade do historiador, que deveria “deixar as fontes falarem”, como forma de chegar à “verdade”. Para compreender melhor a corrente positivista, ver BARROS (2011).

Foi no século de institucionalização da disciplina histórica que se iniciou, oficialmente, a escrita da História no Brasil. O século XIX marcou o cenário intelectual brasileiro pela fundação de um espaço social e intelectual dedicado a tal fim. A criação de uma agremiação encarregada de escrever a história da jovem nação (IHGB), por meio da atuação de seus intelectuais, marcou o historiar no país.⁵ A independência em relação a Portugal, e a formação de uma monarquia autônoma em solo brasileiro, se deram em um contexto marcado pela ocorrência de inúmeras rebeliões locais, nas mais variadas províncias, obrigando a incipiente monarquia a lidar com dois problemas principais, já em seu advento. Primeiramente, a existência de uma gama de rebeliões espalhadas pelo território, que tornava mais trabalhosa a instituição de um governo unificado. O segundo empecilho diz respeito a aspectos mais subjetivos do que físicos, territoriais, uma vez que a monarquia brasileira recém-independente era possuidora dos territórios que compunham as províncias, mas isso não significava que todos os habitantes se sentissem coesos entre si, ou seja, pertencentes ao todo unificado. Como os *retalhos* poderiam se tornar uma *colcha*?

Voltemos, por um momento, nosso olhar ao cenário externo. Enquanto o Brasil lidava com estes “problemas de pertencimento”, a Alemanha presenciava a consolidação de uma importante corrente historiográfica, consolidada sob a égide do contexto de afirmação dos Estados Nacionais. A unificação alemã que se ensejava, e a tentativa de modernizar o emergente país sem que ocorresse uma revolução, são fatores que compuseram a matriz historicista. As inovações desta corrente, do ponto de vista historiográfico, estiveram na documentação e no método, sobretudo. A corrente teve como precursora a Escola Histórica Alemã, que contou com Leopold Von Ranke como principal expoente.⁶ A corrente historicista não só se consolidou neste contexto de emergência da unificação, como também fez da história nacional seu principal objeto. Mas, como esta conjuntura se relaciona à escrita da história brasileira?

Em 1838, dezesseis anos após a independência brasileira, fora fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Similarmente ao que ocorrera na Alemanha, a história nacional, os grandes fatos e os grandes personagens foram construídos.⁷ O modelo da agremiação, porém, vinha do *Institute Historique*, fundado quatro anos antes, em Paris. Com o IHGB, a

⁵ Guimarães (1988, p. 12) tece algumas considerações sobre a escrita da história produzida na agremiação: “História vista segundo sua instrumentalidade para a compreensão do presente e encaminhamento do futuro, princípios tão caros também àqueles que no Brasil se lançaram à tarefa de escrever uma história nacional”. Além disso, argumenta que o IHGB e seu núcleo de letrados atuaram no sentido de definir uma identidade para o Brasil, buscando compreender o “verdadeiro caráter nacional”. Assim, “concebido de forma ampla, o projeto de história nacional deveria dar conta da totalidade, construindo a Nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos.” (*Ibid.*, p. 16).

⁶ Sobre o tema do Historicismo, consultar BARROS (2011).

⁷ Acentue-se, porém, as diferenças: no caso brasileiro, a escrita da história nacional se deu pela fundação da agremiação, em suas instalações e por seus intelectuais. Na Alemanha, ao contrário, ocorrera nas instituições de ensino, por profissionais da História, que formaram uma corrente historiográfica. Sobre o tema, ver GUIMARÃES (1988).

identidade brasileira passaria a ser forjada, sobretudo pelos letrados que se dispunham a pensar sobre

[...] história e [...] geografia, que passavam por profundas e importantes alterações epistemológicas [...], buscavam não apenas singularizar essa *retórica da nacionalidade*, ou seja, conter a dispersão do discurso e a ela resistir, mas também procuravam se constituir em campos do saber que explicassem a existência, ao longo do tempo, de uma nação formada por *brasileiros*. A historiografia e a literatura seriam as modalidades de escrita privilegiadas para a construção do patrimônio identitário a ser partilhado, no qual se projetaria uma imagem sem rasuras da nação, capaz de neutralizar todos os impasses na integração dos respectivos súditos em uma consciência nacional e história (CEZAR *apud* BOEIRA, 2019, p. 55-56).

Compreender o contexto e as razões da fundação do IHGB implica perceber a relação estreita entre escrita da história e poder, ou seja, como o passado e a memória da “Nação” foram apropriadas no intento de atribuir uma identidade comum a todos os *brasileiros*. Seria esta a “função” da agremiação histórica, que voltaria os esforços de seus intelectuais para a escrita de uma versão oficial da história, sob os auspícios do Império do Brasil e, ainda, contando com a participação ilustre de Vossa Majestade, Dom Pedro II, nas sessões e eventos da instituição.⁸

A partir da segunda metade do século XIX, o empreendimento de escrever a história brasileira conheceu um “reforço” a nível provincial: em 1860, fora fundado o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), no atual Rio Grande do Sul. Sua criação consistiu em uma questão de ordem política, uma vez que os homens da Província desejavam escrever a história de sua região.⁹ O jovem Instituto contou com revista própria, de periodicidade trimestral, onde eram publicados ensaios de intelectuais sul-rio-grandenses. A curta duração do Instituto, que permaneceu atuante até a metade da década de 1860, não impediu que os heróis da província fossem evocados, num movimento que perpetuou a escrita oficial da história do Rio Grande do Sul, articulando-a a do Brasil, num movimento de debates, cisões e distanciamentos entre a história nacional e a local.

Por um período de mais de meio século, a Província de São Pedro não conheceu a fundação de um novo instituto. Este quadro alterou-se no ano de 1920, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). O “novo” Instituto contou com a publicação de revista própria, assim como o anterior, e ligou-se de maneira íntima aos pressupostos do IHGB, sendo fiel e parceiro no projeto de construção da história.

Partindo do contexto de formação e consolidação do IHGRGS, visamos perceber como a escrita da história sul-rio-grandense fora influenciada por seus pressupostos e orientações,

⁸ “É justamente esse recinto [IHGB] que abrigará, a partir da década de 1840, os românticos brasileiros, quando o monarca d. Pedro II se tornará assíduo frequentador e incentivador dos trabalhos desse estabelecimento (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 284-285).

⁹ Acerca do tema, consultar BOEIRA (2019).

considerando-a enquanto uma *operação historiográfica* complexa, uma vez que almejava aliar a história local à nacional, inserindo suas agendas no nível mais amplo. Embasados pelas considerações teóricas de Michel de Certeau em *A escrita da História* (1982), buscaremos analisar como se deu a atuação do Instituto enquanto *lugar social e instituição*, relacionando tal aspecto com a historiografia produzida na agremiação. Ao fim, atentaremos às relações possíveis entre a teoria rüseniana e o IHGRGS.

A operação historiográfica – considerações sobre a teoria certeuniana

Em 1975, Michel de Certeau publicou a primeira edição de uma obra que viria a se tornar um marco na compreensão do ofício dos historiadores e da própria ciência histórica, intitulada *A escrita da História*. Neste sentido, o autor destaca a História enquanto uma disciplina, uma prática e uma escrita. Enquanto *disciplina*, faz parte de um *lugar social*, e se constrói por meio de uma *instituição*, evidenciando-se a partir da metodologia empregada e seleção das fontes. O conhecimento produzido por ela é plausível, não incontestável. Por outro lado, enquanto *prática*, está calcada sobre uma técnica e sobre “maneiras de fazer”, assemelhando-se seu trabalho ao de um operário, que trabalha sobre um material adequado, com técnicas que o permitam chegar ao produto final, que, neste caso, seria o conhecimento e o pensar histórico. Além disso, enquanto *escrita*, adquire uma “função social”, transpondo o conhecimento em forma de um produto, que poderá ser acessado, refletido, criticado e, até mesmo, refutado pelos pares.

Ao apresentar a História como disciplina, prática e escrita, Certeau questiona a respeito do que *fabrica* o historiador, para quem trabalha e o que produz, fornecendo estas respostas ao longo do texto. A *operação historiográfica*,¹⁰ dentro dos pressupostos teóricos do autor, se relaciona à compreensão dos lugares e instituições: de onde escrevo? Como escrevo? Por que escrevo? Para quem escrevo? Eis as questões basilares, cujas respostas não são concretamente apresentadas, mas sim convidativas à reflexão. Acerca do *lugar* de fala (escrita, neste caso), o autor tece algumas considerações;

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a *particularidade* do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. Esta marca é indelével. No discurso onde enceno as questões globais, ela terá a forma do *idiotismo*: meu patoá representa minha relação com um lugar. Mas o gesto que liga as “ideias” aos lugares é, precisamente, um gesto de historiador. (CERTEAU, 1982, p. 64, grifos do autor).

O convite do autor, neste sentido, é voltado à reflexão acerca da importância de se considerar o *lugar* de produção do historiador, percebendo o quanto este aspecto é decisivo, no que tange ao entendimento de seu discurso. Em outras palavras, significa entender que todos

¹⁰ Cabe destacar que, originalmente, o texto compõe uma obra organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff, chamada (na versão brasileira) *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*, originalmente publicada em 1974.

os que escrevem, o fazer de dado *lugar*, ou seja, partindo de certas premissas, que se relacionam com sua subjetividade e com o meio onde vivem. Deste modo, o autor chama atenção para a importância de se considerar o autor e o contexto de produção.¹¹

Em se tratando da *instituição*, Certeau discorre a respeito de como ela se organiza e rege por “leis silenciosas” e que, não obstante, apresenta uma escrita da história que se constrói obedecendo a “regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas” (CERTEAU, 1982, p. 65). Em nossa interpretação, o autor busca atentar ao leitor em relação às possibilidades de análise que uma dada instituição fornece, a partir de sua organização, círculo de agremiados e, ainda, produção intelectual, entre outros aspectos. Esta percepção é fundamental, uma vez que permite compreender como se dá a escrita da história dentro de uma determinada agremiação x, qual o perfil de seus intelectuais, a quais outros núcleos está relacionada e, substancialmente, quais os reflexos destas questões no produto final das pesquisas, ou seja, naqueles textos e demais recursos que, posteriormente, serão empregados na confecção de materiais didáticos (para as escolas) e livros (para o público acadêmico ou geral), por exemplo. Em síntese, cabe perceber como a historiografia produzida é influente na compreensão dos sujeitos acerca de si mesmos, de sua historicidade e de seu pensar histórico. Por estas razões, consideramos fundamental o estudo das instituições.

A *operação historiográfica*, esmiuçada em seus pormenores na teoria certeauniana, permite compreender de maneira mais aprofundada o próprio fazer do historiador, percebendo-o enquanto um sujeito não-neutro e, ainda, relacionando-o de maneira íntima ao próprio contexto de onde escreve. Para nossa análise acerca do IHGRGS, consideraremos dois aspectos que o autor analisa, visando perceber a agremiação sulina enquanto *instituição* e *lugar de produção*.¹²

O IHGRGS enquanto *lugar de produção*

Conforme discorrido acima, Certeau aponta as particularidades do lugar de onde o historiador fala (ou escreve) como próprias a seu ofício e, ainda, como influente em sua escrita da história e suas percepções. Aprofundando um pouco mais esta reflexão, o autor indica que a atuação do historiador está relacionada a “um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”, (CERTEAU, 1982, p. 65) e que em relação a este é que se escolhem os “instrumentos” da pesquisa: “é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma

¹¹ Neste ponto, a teoria certeauniana parece conversar com o *contextualismo linguístico* proposto por Quentin Skinner. O autor frisa a importância de se considerar o contexto de produção e, ainda, o *lugar* de onde fala o autor, no sentido de ideologias, vertente política e intenções que apresenta. Criticado por apresentar o contexto como uma espécie de “determinante” na análise, as contribuições de Skinner são inegavelmente importantes ao desenvolvimento da metodologia da História Intelectual. Sobre o tema, consultar SOUZA (2018).

¹² A operação historiográfica, conforme apresenta Certeau, possui três *fases*, que são: a) o lugar social, b) uma prática e c) uma escrita. Para o presente artigo, trabalharemos com dois aspectos da primeira delas: a instituição e o lugar de produção. Para aprofundamento no tema, ver CERTEAU (1982).

topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes são propostas, se organizam” (CERTEAU, 1982, p. 66).

Certeau, no decorrer de sua explanação a respeito do *lugar de produção*, atenta ao “não-dito”. Para explicar esta categoria, o autor apresenta o que intitula como “tempo da desconfiança”, um produto da conjuntura onde a História não mais se pretende como uma “ciência da verdade”, mas sim como uma ciência que estuda o passado pautada em demandas do presente, apresentando hipóteses plausíveis acerca do primeiro. Ao nosso entendimento, o “não-dito”, neste ponto da teoria certeuniana, localiza-se justamente onde atua o historiador; é nas entrelinhas de seu texto, nos rodapés de suas pesquisas e na compreensão do *lugar* que ocupa que podemos perceber o que ele diz sem escrever, ou seja, a subjetividade histórica construída pela objetividade do lugar. Formalmente, o profissional da história escreve o que sua pesquisa apresentou como resultados, mas a própria escolha da documentação, por exemplo, envolveu os valores e pensamentos do primeiro. Assim, ele *diz sem dizer*.

Trazendo este aparato teórico-metodológico ao contexto e à produção historiográfica do IHGRGS, é possível evidenciar uma gama de aspectos que possibilitam compreender melhor a agremiação enquanto um *lugar de produção*. Conforme mencionamos acima, o *lugar* se relaciona não (somente) a um espaço físico, mas (principalmente) ao campo político, social, econômico e cultural. Para perceber como estes aspectos influenciaram a escrita da história do IHGRGS, partiremos da análise de dois de seus intelectuais, com abordagens e pontos de vista distintos, que proferiram duras críticas entre si: Souza Docca (um dos sócios-fundadores da agremiação) e Alfredo Varella.

Emílio Fernandes de Souza Docca nasceu em São Borja, no ano de 1884, vivendo a parte inicial de sua vida na região de fronteira. Em sua trajetória profissional, atuou como militar de carreira desde os quinze anos de idade, residindo em variadas cidades ao longo de sua caminhada, como é o caso de Recife. Escrevera, portanto, tendo como horizonte múltiplos locais, contextos e conjunturas. Sua escrita da história, em meio a tal amplitude de horizontes, buscou apreender uma espécie de “essência brasileira”. O autor, porém, não se esqueceu de sua cidade natal: Conforme Armani (2002), Docca argumenta que o povo de São Borja teria conhecido uma fortificação em seu caráter nacional, por compor um espaço fronteiriço, uma vez que a constante ocorrência de episódios bélicos teria obrigado os conterrâneos do autor a se converterem em sentinelas da nacionalidade. No que tange ao contexto político, Souza Docca fora contrário à Revolução de 30, que consagrou Getúlio Vargas como presidente do Brasil, chegando inclusive a ser preso por um curto período de tempo. O curioso, neste sentido, é que, mesmo em meio à oposição que o autor fazia ao novo governo, suas teses acabaram por corroborar com ele. Uma vez defendida a tese de “brasilidade do gaúcho”, para atrelá-lo à identidade nacional e definir o

caráter institucional da agremiação sulina, os pressupostos do autor acabaram por legitimar a competência de Vargas no poder.¹³

Um dos temas ao qual Docca dispendeu mais esforços foi o da Farroupilha, sobretudo no sentido de abrazeirá-la, ou seja, inseri-la na agenda da história nacional, como voltada ao todo. Os *gaúchos* teriam lutado contra a opressão monárquica e em prol da instituição de um sistema republicano, não contra o Brasil em si (DOCCA, 1935). Este aspecto da historiografia do autor se relaciona intimamente ao *lugar* que ocupava: era militar, vinculado ao IHGRGS desde sua origem e atuante no cenário político local e nacional. Docca, em sua escrita da história, apresentou suas concepções pessoais, seus pontos de vista, e fora deveras prestigiado pelo Instituto sulino.¹⁴

Um dos casos de divergência em relação ao *abrazeiramento* da Farroupilha foi a tese separatista do conflito, lançada por Alfredo Varela. Este nasceu em 1874, na cidade sul-rio-grandense de Jaguarão. Desde cedo esteve em contato com o contexto fronteiriço e, a partir de sua vivência neste espaço social, constata-se a admiração pelos movimentos das tropas, fosse de brasileiros, fosse de habitantes do espaço platino (SILVA, 2010). O fato de o autor ter nascido e vivido em região fronteiriça, lado a lado com as inúmeras movimentações e contatos entre o Rio Grande e região platina, influenciou sua escrita da história de maneira significativa. A historiografia produzida pelo autor admitia a existência de influências e intercâmbios entre o Rio Grande e o Prata, aspecto negligenciado pela historiografia do período, sobretudo após a institucionalização do IHGRGS. Escritor de variadas obras, as quais incluíam a temática sul-rio-grandense, Varela recebeu críticas e adquiriu pouco espaço no contexto historiográfico vigente, uma vez que suas obras iam na contramão das *tendências* do primeiro quartel do século XX.¹⁵

Além de exaltar as particularidades do Rio Grande do Sul, Varela debruçou-se sobre o tema da Farroupilha, publicando uma grande obra acerca do tema, em 1933, intitulada *História da Grande Revolução*.¹⁶ Neste vasto empreendimento, que contou com seis volumes, o autor

¹³ A apresentação do *gaúcho* como pujante, bravo e capacitado a desempenhar todos os tipos de *façanhas* é um aspecto presente na obra de Docca. Sobre o tema, ver DOCCA (1935).

¹⁴ Como Docca apresentara uma versão da história sul-rio-grandense que exaltara o passado e seus coetâneos, além de estar alinhada aos preceitos da agremiação, os pares do IHGRGS reconheceram suas obras, sendo o autor convidado a escrever vários artigos no periódico do instituto. Ver REVISTA DO IHGRGS (1921).

¹⁵ Faço uso do vocábulo *tendências* para ressaltar a historiografia dominante do período dos escritos de Varela, ou seja, aquela produzida com fins de legitimação e afirmação da brasilidade do gaúcho, da máxima de negação de influências platinas, da diferenciação entre castelhanos e gaúchos no tocante ao modo de ser e, ainda, àquela afirmação de “independência ideológica” sul-rio-grandense quanto a influências externas no tocante à Farroupilha.

¹⁶ No intuito de refutar as teses de Varela, Docca publicou a obra supracitada, de 1935, que afirmava o sentido brasileiro da Farroupilha. O próprio autor torna claras suas intenções: “Não as rebatemos antes, de público, porque elas corriam por sua conta e risco, em obras com outros títulos, as quais ele [Varela] agora rotulou com o nome de História da Grande Revolução e conseguiu que fosse a respectiva publicação financiada pelo governo rio-grandense, com o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul” (DOCCA, 1935, p. 3).

afirma o separatismo da Farroupilha e, além disso, sua relação com o contexto de *revoluções cisplatinas*, e não brasileiras. Ao fazer tais afirmações, Varela fora condenado à margem dos núcleos intelectuais, dado que a versão predominante do evento seria a de Docca.

O *lugar de produção* de Alfredo Varela evidencia, em muito, as razões pelas quais defendeu teses contrárias às *dominantes* daquele contexto. Ao afirmar a intenção de secessão dos farroupilhas, o autor parece apresentar um “alerta”: ora, se já o fizeram no passado, por que não poderia ser feito novamente? Para compreender este aspecto, devemos voltar-nos ao campo político, uma vez que Varela fora apoiador de Júlio de Castilhos, então presidente do Rio Grande do Sul e, ainda, membro do PRR – Partido Republicano Rio-Grandense (FUÃO, 2009). Mesmo tendo demonstrado arrependimento por ter apoiado a causa castilhista¹⁷, é notório que sua escrita da história fora utilizada como mecanismo de “pressão” ao governo central, ao qual o local se opunha.

É importante perceber, tanto no caso de Docca, quanto no de Varela, como os lugares que ocuparam foram fatores decisivos na escrita da história que produziram, nas orientações teórico-metodológicas que conduziram até ela e, sobretudo, na forma como abordaram e se apropriaram do passado sul-rio-grandense para determinados fins. No caso do primeiro, em grande parte recorreu-se a fontes que, na contemporaneidade de sua produção, foram cartas, pareceres, atas e Constituições ligadas a grandes nomes e grandes episódios, evidenciando a opção metodológica do autor pela análise de documentos oficiais e/ou escritos por indivíduos relacionados aos desfechos de eventos importantes.¹⁸ No caso do segundo, muitas foram as referências a obras e autores que escreviam de um ponto de vista semelhante ao seu, ou seja, admitiam os intercâmbios variados entre o Rio Grande e o Prata.

É preciso, ainda, compreender que os produtos dos estudos dos intelectuais aqui analisados contêm muitos aspectos que vão além do texto, perceptíveis por meio da análise historiográfica atenta. Deste modo, o *escrito* e o *não-dito* se tornam uma via de mão dupla para compreender a agremiação sulina por meio de seus intelectuais: ao analisar o que foi escrito, podemos compreender os elementos subjetivos do *lugar* ocupado por cada historiador (o *não*

¹⁷ O sentimento que Varela manifestou acerca do apoio que prestara à política de Júlio de Castilhos, se manifestou como uma desilusão: o autor reconhece seu “desacerto” ao ter apoiado o político, reconhecendo que sua atuação fora importante à legitimação daquele governo. Varela afirma, ainda a existência de excessos no governo castilhista, demonstrando arrependimento, e apontando o governo forte e rígido de Castilhos como um prejuízo aos sul-rio-grandenses em geral (FUÃO, 2009).

¹⁸ Note-se, na obra *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, as constantes referências a documentos ligados a Bento Gonçalves, por exemplo.

dito) e, ao mesmo tempo, por meio da percepção do *não-dito*, se torna possível entender melhor o que e o porquê do que foi escrito.¹⁹

O IHGRGS como *instituição*

No trato ao tema do *lugar social*, Certeau aponta a importância de compreender as instituições nas quais se dá a operação historiográfica, uma vez que “os nascimentos das disciplinas estão ligados à criação de grupos”, evidenciando-se, assim, a “relação entre uma instituição social e a definição de um saber” (CERTEAU, 1982, p. 68). O autor argumenta, ainda, a respeito da impossibilidade de analisar o discurso histórico “independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente”, dado que, para ele, cada instituição se assenta sob suas leis, práticas e métodos e, assim, interfere diretamente na história que a partir dela será escrita (CERTEAU, 1982, p. 70). Assim, perceber como esteve organizado o IHGRGS torna-se basilar à compreensão da escrita da história que seus intelectuais apresentaram aos leitores e aos pares.²⁰

A introdução da primeira edição do periódico do Instituto sulino, publicada em 1921, é reveladora quanto aos intuítos da fundação deste. Com o título *A história e o Instituto Histórico*, é argumentado que “uma sociedade que não cultiva a sua própria história não tem consciência de si mesma” (REVISTA DO IHGRGS, 1921, p. 3), e justifica-se a necessidade de um estudo a respeito do passado em função de este “preparar o futuro (REVISTA DO IHGRGS, 1921, p. 3), sendo necessário entender os diferentes tempos em uma ordem diferente do habitual: “o passado, o futuro e o presente, pois o presente nada mais é do que um ponto entre o que passou e o que passará” (REVISTA DO IHGRGS, 1921, p. 3). É justamente sobre o argumento de uma história *magistra vitae*, ou seja, de caráter pedagógico e moralizante, que o Instituto passa a funcionar. Os intelectuais da agremiação, deste modo, passam a produzir uma historiografia fortemente relacionada aos “feitos” do passado sul-rio-grandense e à bravura de seus homens, com vistas a preservar a história do Estado sulino na memória das gerações vindouras. Além disso, e sobretudo, é buscada a revitalização da imagem do Rio Grande, demonstrando um passado heroico, o qual deveria servir de exemplo ao restante dos brasileiros.

Percebe-se, assim, que o direcionamento do IHGRGS se deu no sentido de reabilitar um passado que servisse de exemplo ao presente e ao futuro, demonstrando aos futuros sul-rio-

¹⁹ Frisamos, neste ponto, que não tratamos tal relação como determinante, mas, ao contrário, a percebemos como uma possibilidade de analisar dialeticamente a escrita da história, percebendo o que ela apresenta e o que deixa nas entrelinhas, sem que uma determine a outra.

²⁰ Perceba-se que o escopo teórico-metodológico certeuniano refere-se a um contexto de profissionalização da história e do historiador. No Brasil, isso se dá no século XX, com os programas de pós-graduação em história. Anteriormente a isso, inclusive no IHGRGS, o que se tinha eram intelectuais que dedicavam seu tempo ao estudo de temas relacionados à história, mas sem formação acadêmica dentro dos métodos próprios da ciência histórica. A aplicação da teoria certeuniana ao estudo e compreensão do IHGRGS enquanto instituição é pertinente, mas tais apontamentos devem ser considerados. Sobre o tema, ver RODRIGUES; NEDEL (2005).

grandenses o que seus antecessores haviam feito. Além disso, houve uma busca por inserir assuntos da história do Rio Grande na agenda brasileira. Para tal, os laços que aproximavam o Rio Grande ao Prata deviam ser cortados, e, a partir de então, precisariam ser construídas amarras que ligassem o regional ao nacional. Nacionalismo e regionalismo, assim, deveriam estar lado a lado, como se fossem intrínsecos, naturais (MARTINS, 2015). Redefinir a identidade regional, e aproximá-la do todo, seria a *missão* dos letrados da agremiação histórica sulina. Os esforços de Souza Docca de *abrasileirar* a Farroupilha, por exemplo, se situam neste contexto institucional.

Em síntese, o IHGRGS, se observado pelo escopo teórico de Certeau, enquanto instituição, evidencia: a) seus pressupostos de inserção da história regional na história nacional, e como este aspecto conduziu os intelectuais a ele vinculados, em sua maioria, a escrever uma história que reabilitasse e evocasse os heróis e os grandes feitos do passado; b) a agremiação como espaço privilegiado de escrita da história, no Rio Grande do Sul, funcionando como núcleo dos letrados dedicados à ciência histórica e, em grande parte, conduzindo sua atuação a uma matriz teórico-metodológica comum; e c) uma produção historiográfica voltada aos pressupostos já mencionados acima, que foram revistos/criticados a partir da institucionalização de programas de pós-graduação nas universidades gaúchas.²¹

Conhecimento histórico e *função social*: diálogos com a teoria rüseniana

Os materiais didáticos usados em sala aula são fruto do conhecimento acadêmico transposto didaticamente ao ambiente de aprendizagem (BITTENCOURT, 2008). O saber histórico estudado em sala de aula deve contribuir à criticidade e pensar histórico dos educandos, facilitando a compreensão acerca do passado e de sua condição de sujeito histórico. Porém, cabe perceber que o conhecimento produzido não é neutro: ele apresenta as subjetividades do intelectual que pesquisa sobre determinado tema, ou mesmo os interesses e percepções de uma *instituição* ou de um *lugar social*. Ele é capaz de, quando manipulado, criar identidades e suscitar pertencimentos. A sala de aula é apenas um exemplo; no nível mais amplo da sociedade, as distorções causadas por uma compreensão histórica deturpada também se manifestam. Neste sentido, nossa análise acerca do IHGRGS irá abranger, também, aspectos que tangem à *função social* do conhecimento, pautando-nos na teoria da história de Jörn Rüsen, uma vez que, conforme o autor argumenta, as demandas e questões norteadoras das pesquisas em História partem da sociedade do presente e de suas perspectivas orientadoras, sendo que as respostas a ela devem retornar (RÜSEN, 2001).

²¹ É após este processo que a escrita da história, no Rio Grande, passa a se dar de maneira mais abrangente, com novos métodos e abordagens, abrindo espaço ao que se denomina “geração crítica”, uma vez que os estudiosos passaram a contestar certas teses de autores ligados ao Instituto histórico, percebendo nelas um caráter linear e ideológico (RODRIGUES; NEDEL, 2003).

Jörn Rüsen é um historiador e filósofo, nascido em 1938 em Duisburgo, Alemanha. Seus esforços intelectuais estiveram sumariamente depositados em estudos acerca de teoria, metodologia e ensino de História²². Dentre os diversos aspectos que o autor aborda, nos ateremos às cinco categorias do pensamento histórico (interesses, ideias, métodos, formas de apresentação e funções, nesta ordem) que ele delinea no primeiro dos livros de sua trilogia *Teoria da História*, intitulado *Razão Histórica* (1983, traduzido para o português em 2001). No primeiro capítulo, *Tarefa e função de uma teoria da história*, Rüsen discorre sobre como a ciência especializada (História) possui relações de proximidade com a vida prática. Para o autor, é a partir dos *interesses* do presente, manifestados nesta última, que se dão os processos cognitivos da primeira. A partir dos interesses é que se manifestariam as *ideias* (perspectivas orientadoras da experiência do passado), se elegeriam os *métodos* e as *formas de apresentação*. Deste momento em diante, o conhecimento histórico sistematizado se direcionaria à vida prática, no sentido de orientação existencial dos seres humanos, pelo pensar histórico. Seria essa, para o autor, a *função social* do conhecimento histórico. Nas palavras de Rüsen,

A interdependência dos cinco fatores do pensamento histórico é patente: em conjunto, eles constituem um sistema dinâmico, no qual um fator leva ao outro, até que, do quinto, volta-se ao primeiro. Os diversos fatores são, pois, etapas de um processo de orientação do homem no tempo mediante o pensamento histórico (RÜSEN, 2001, p. 35).

Verificamos anteriormente que o IHGRGS contou com um conjunto de preceitos próprios, que refletiram na forma como a história sul-rio-grandense foi escrita por seus letrados. Analisamos, ainda, como os diferentes espaços ocupados pelos agremiados foram perceptíveis em sua escrita da história, seja pelo *dito*, seja pelo *não-dito*. Queremos atentar, neste sentido, ao fato de que as conclusões às quais chegaram os pesquisadores vinculados ao IHGRGS foram apresentadas em diversos núcleos sociais, estando presentes no pensar histórico de gerações. Em outras palavras, a percepção histórica de muitos indivíduos esteve relacionada à historiografia sul-rio-grandense do Instituto. Como, então, a teoria da história rüseniana pode ser aplicada na compreensão do IHGRGS enquanto espaço privilegiado da escrita da história sulina?

Ao escrever a história do Rio Grande do Sul, os intelectuais do IHGRGS pautaram-se em escolhas, as quais partiram das demandas de seu tempo presente: inserir a história local na nacional, demonstrar um Rio Grande pertencente ao todo, afirmar o não-separatismo/separatismo farrapo, entre outros. Assim, partindo-se dos interesses do presente e

²² “ É possível dividir a obra teórica de Rüsen, em pelo menos dois momentos distintos: um que se encerra com a publicação de sua trilogia sobre teoria da história, em 1989 e outro que se segue, nos anos 1990 e 2000, no qual a discussão acerca da ‘presença do passado’ relaciona-se de tal maneira com a constituição de sentido histórico, que ela deixa de estar centralizada na ciência da história. A publicação de sua versão de uma *Historik* em 2013, por sua vez, pode ser entendida como um resultado da compilação dos debates, críticas e revisões feitas pelo próprio Rüsen à primeira versão de sua teoria da história” (LIMA, 2016, p. 25).

das ideias a seu respeito, a escrita da história foi pensada, sistematizada e produzida. Os livros, artigos, periódicos e pareceres que foram usados enquanto formas de apresentação do conhecimento serviram de embasamento a muitos estudos, de pares e estudantes dos mais variados níveis, uma vez que, produzido nas instituições, é transposto ao ensino, conforme visto acima. Transposto²³, ou lido em sua forma original de publicação, este conhecimento desempenhou uma função social, ligada às demandas que originaram as questões que nortearam seu desenvolvimento. Em outras palavras, foi do cotidiano e vivido que partiram as perguntas-base dos estudos dos intelectuais, e a ele retornaram os resultados quando, por exemplo, afirmou-se a *brasilidade* dos farrapos e da Farroupilha (DOCCA, 1935). A função social, neste sentido, era apresentar um Rio Grande pertencente ao Brasil, forjando-se a noção de pertencimento.

Muitos exemplos, além do da Farroupilha, poderiam ser mencionados. A intenção, neste ponto, é atentar em como a teoria rüseniana, aliada à de Certeau, oferece um vasto aparato de interpretação, análise e compreensão do IHGRGS e de sua produção intelectual. Compreender a agremiação enquanto produtora de um conhecimento altamente relacionado a seus interesses é fundamental para entendê-la em suas características mais peculiares e profundas.

Conclusão

A escrita da história, no Rio Grande do Sul, esteve aliada a interesses amplos, cujo eixo esteve na inserção do passado e memória locais na história nacional. Neste sentido, visando a uma melhor compreensão da agremiação e de sua produção intelectual, optamos metodologicamente pela utilização do aparato teórico de Michel de Certeau e Jörn Rüsen, dois referenciais de importância reconhecida em termos de teoria e método em História.

O presente artigo buscou compreender como o IHGRGS funcionou enquanto instituição e, ainda, como se deu sua produção historiográfica de acordo com o lugar ocupado por dois de seus intelectuais. Cabe mencionar que não havia, entre os agremiados, uma homogeneidade de orientações, formas de pensamento e pontos de vista sobre os temas com os quais cada qual trabalhava. A interpretação divergente sobre a Farroupilha, apresentada neste texto, é exemplo disso. Buscamos, ainda, perceber como as demandas da agremiação foram respondidas e qual a função social do conhecimento produzido. Longe de ter esgotado o tema, apresentamos apenas um ponto inicial de análise envolvendo a agremiação e o aparato teórico-metodológico supracitado. Nosso trabalho consiste mais em um convite à pesquisa do que em um resultado final.

²³ Compreendemos a complexidade da transposição didática da produção intelectual, fruto das pesquisas, ao ambiente escolar. Neste ponto, o que queremos afirmar é que a agremiação histórica sulina, conforme mencionado acima, era considerada como um importante espaço de produção de conhecimento histórico. Assim sendo, o conhecimento produzido por seus intelectuais foi veiculado nos mais variados ambientes, inclusive o escolar.

Concluimos este artigo afirmando o IHGRGS enquanto uma instituição pautada em demandas e interesses próprios, percebidos nos produtos que entregou à sociedade e no conteúdo destes, muito relevantes à análise. Seja da perspectiva rüseniana, seja certeuniana, ainda há muito por refletir, analisar e discutir.

Referências

- ARMANI, Carlos Henrique. *Identidade nacional e fragmentação no Brasil dos anos 20-40: o caso de Emílio de Souza Docca*. 2002. **Dissertação de Mestrado (Mestrado em História)** - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.
- BARROS, José D'Assunção. *Teoria da história: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BITTENCOURT, Circe (Org.) *O saber histórico em sala de aula*. 2^a Ed. São Paulo: Contexto, 1988.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. *Uma província de peso: a escrita da história sul-rio-grandense no século XIX*. In: SOARES, Fabrício A. A.; SILVA, Ricardo Oliveira. *História e historiografia sul-rio-grandense*. Criciúma: EdiUnesc, 2019.
- CERTEAU, Michel. *A operação historiográfica*. In: _____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 [original: 1975], p. 64-122.
- DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Ano XV – II Trimestre. Porto Alegre: Globo, 1935.
- FUÃO, Juarez José Rodrigues. *Alfredo Varela*. In: FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. 2009. **Tese (Doutorado em História)** - UNISINOS, São Leopoldo, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2178?show=full>. Acesso em: 29/jan/2020.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. **Estudos Históricos**, 1988, p. 5 – 27. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 04/dez/2019.
- HEINSFELD, Adelar. *A produção do conhecimento histórico*. In: _____. *Sob a inspiração de Clío: uma introdução ao estudo da História*. Passo Fundo: PPGH UPF, 2013, p. 195-230.
- LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. v. 3. [original: 1974].
- LIMA, Caio Rodrigo Carvalho. *Além dos muros da Academia: sentido da história e trauma histórico na obra de Jörn Rüsen (1983-2013)*. **Dissertação (Mestrado em História)** - Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24609>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. 2015. **Tese (Doutorado em História)** - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 22 ago. 2019.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, v. 1, n. 1. Porto Alegre: 1921. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/57880/34645>. Acesso em: 03/dez/2019.
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos; NEDEL, Letícia Borges. *Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul*. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, p. 161-186, 2003.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Segundo Reinado: enfim uma nação nos trópicos*. In: _____. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 267-290.

SILVA, Jaisson Oliveira da. *O particular: Alfredo Varela, historiador da "Grande Revolução"*. In: _____. *A epopeia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução*, de Alfredo Varela. 2010. **Dissertação (Mestrado em História)** - UFRGS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26722>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A história intelectual e o "contextualismo linguístico" em Quentin Skinner*. In: SOARES, Fabrício Antônio Antunes; SILVA, Ricardo Oliveira da. *Diálogos Vol. III: Estudos sobre teoria da história e historiografia*. Criciúma: UNESC, 2018. p. 207 - 228.

Artigo recebido em 19/05/2020 e
aprovado para publicação em 05/08/2020